

**Continuidades e discontinuidades de conflitos fundiários em Nova  
Iguaçu e Japeri: Narrativas a partir de Pedra Lisa**

**Gabriel Souza Bastos<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutorando, bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Brasil. E-mail: gabrielsoubastos@gmail.com.

## Resumo

Propomo-nos a analisar neste trabalho as lutas pela terra em Japeri e Nova Iguaçu entre os anos 50 até os dias atuais, tendo os casos de Pedra Lisa enquanto eixo narrativo central, por conta de sua centralidade e protagonismo. O que nos chama atenção no processo é o contraponto entre descontinuidades e continuidades das diferentes fases históricas que podemos nele distinguir, tanto na configuração dos conflitos quanto na organização de movimentos sociais nele engajados. Assim, por meio de uma análise de base histórica e etnográfica dos conflitos fundiários da região e reações repressivas de que vêm sendo objeto, pretendemos pôr em evidência certos aspectos do processo até o momento pouco visíveis, bem como compreender as reverberações desse passado nos dias atuais tanto nos conflitos por terra quanto no *modus operandi* das organizações camponesas.

**Palavras chave:** Ditadura, Baixada Fluminense, Regime Militar.

**Palabras clave:** Dictadura, Campesinado, Régimen Militar Brasileño.

**Key words:** Dictatorship, Peasantry, Brazilian military government.

## Introdução

Apesar de comumente associada a características tipicamente urbanas, a Baixada Fluminense foi palco de diversos conflitos por terra ao longo das últimas décadas. Nos anos de 1950 e 1960, ela ainda carregava características bem rurais, embora um acelerado processo de urbanização estivesse em curso. As mudanças na cidade do Rio de Janeiro, pautadas na fixação da massa trabalhadora nas periferias, têm repercussões na Baixada Fluminense. Por volta dos anos de 1930 e pelas décadas subsequentes, a Baixada foi palco de rápidas e grandes transformações oriundas da incorporação urbana, através de investimentos estatais que acabaram alimentando a especulação da área. Assim, a especulação imobiliária, através da atividade loteadora, foi o “produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu” (GRYNSZPAN, 1987, p. 55-56). Tais reordenamentos espaciais foram de tamanha

dimensão, que, de acordo com Souza (1993), foram capazes de mudar as representações do que se compreende como Baixada:

Note-se que nesse período havia ainda a representação da região como uma área agrária e tais conflitos marcaram (...) o processo de lutas através do qual se constituiu a Baixada Fluminense metropolitana de nossos dias. Desse modo, a própria mudança de sentido da ideia de uma Baixada agrária para uma Baixada Fluminense tal como hoje é representada pode nos servir como um indício de mudanças históricas que redefiniram, inclusive, limites da região (Souza, 1993, p. 210).

Tratando-se de uma atividade de alta rentabilidade para as elites locais, em 1940, havia cerca de 17.442 ha ocupados com laranjeiras em Nova Iguaçu. Trata-se de 22,3% da superfície do município, conforme os dados da Agência Municipal do IBGE (IBGE apud SOUZA, 1993, p. 213). Tal exploração fundiária parcelava terras para arrendatários, largamente empregados até os anos 30. Entre 1920 e 1940, observa-se que “o número de estabelecimentos sob responsabilidade de arrendatários em Nova Iguaçu teve crescimento muito expressivo, passando de 101 para 503 estabelecimentos” (SOUZA, p. 214), enquanto contava com 704 estabelecimentos controlados por proprietários (ibidem). Entretanto, a partir de 1950, os arrendamentos passaram para 241 estabelecimentos, enquanto os estabelecimentos dirigidos por proprietários passaram para 1289. Segundo Mesquita (apud SOUZA, 1993), houve uma expansão de fazendas a partir da década de 1940, onde fazendeiros “estenderam suas propriedades, comprando outras, contíguas ou não” (SOUZA, 1993, p. 216). Nesse mesmo período, estava em curso um grande número de dispensas de trabalhadores: nos anos 50 para os 60, em Nova Iguaçu, 97,9% de parceiros foram dispensados, bem como 85,3% de trabalhadores temporários e 31,1% de permanentes (GRYNSZPAN, 1987). Observa-se, portanto, que a crescente urbanização de Nova Iguaçu coexistiu com um processo de concentração fundiária nas áreas rurais do município.<sup>2</sup>

Trata-se de um processo de reordenação espacial que atinge também as áreas rurais do município: nos anos de 1930, com as obras de saneamento na Baixada, as terras passam a se valorizar mais, gerando alta nos preços de imóveis na área. Isso ocorria no mesmo tempo da “idade do ouro” dos laranjais, conforme contam as representações locais a respeito dos anos de 1920-1940 (SOUZA, 1993), que entrou em crise no decorrer da Segunda Guerra mundial. Tais investimentos estatais, entretanto,

---

<sup>2</sup> Diante da desvalorização da laranja, a inflação e valorização das terras, muitos chacareiros e fazendeiros lotearam suas terras através de companhias imobiliárias, responsáveis pelas operações de vendas. (SOUZA, 1993).

não representaram um incentivo à produção agrícola. Diferentemente disso, a valorização gerada por eles alimentou a especulação, provocando intensas disputas por terras na Baixada: Lavradores contra grileiros, grileiros contra grileiros e até mesmo grileiros contra legítimos proprietários (GRYNSPAN, 1987).

Entre os muitos casos de conflitos entre posseiros e grileiros na Baixada Fluminense no pré-64, os ocorridos em Pedra Lisa ocupam um lugar importante para compreendermos esses processos, tanto por conta de seu pioneirismo na organização local de lavradores quanto por ter se tornado um polo de irradiação aglutinação de lutas pela terra em regiões próximas.

## **Desenvolvimento**

Nos anos de 1940, Pedra Lisa começou a ser ocupada por famílias de posseiros, oriundas de áreas rurais, de outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos, Casimiro de Abreu, Itaguaí, e de outros estados, principalmente Minas Gerais (COPELLO, 1983). De acordo com o Bráulio Rodrigues, importante liderança camponesa local, em seu livro de memórias, muitas pessoas vieram de Itaperuna, Miracema e de outros lugares do estado do Rio para ali se estabelecerem. “Ficaram até hoje. Não tem nenhum desses que vieram de Itaperuna que foi embora. Estão todos eles lá, morando. Tem neto, bisneto.” (SILVA, 2008, pgs. 22 e 23).

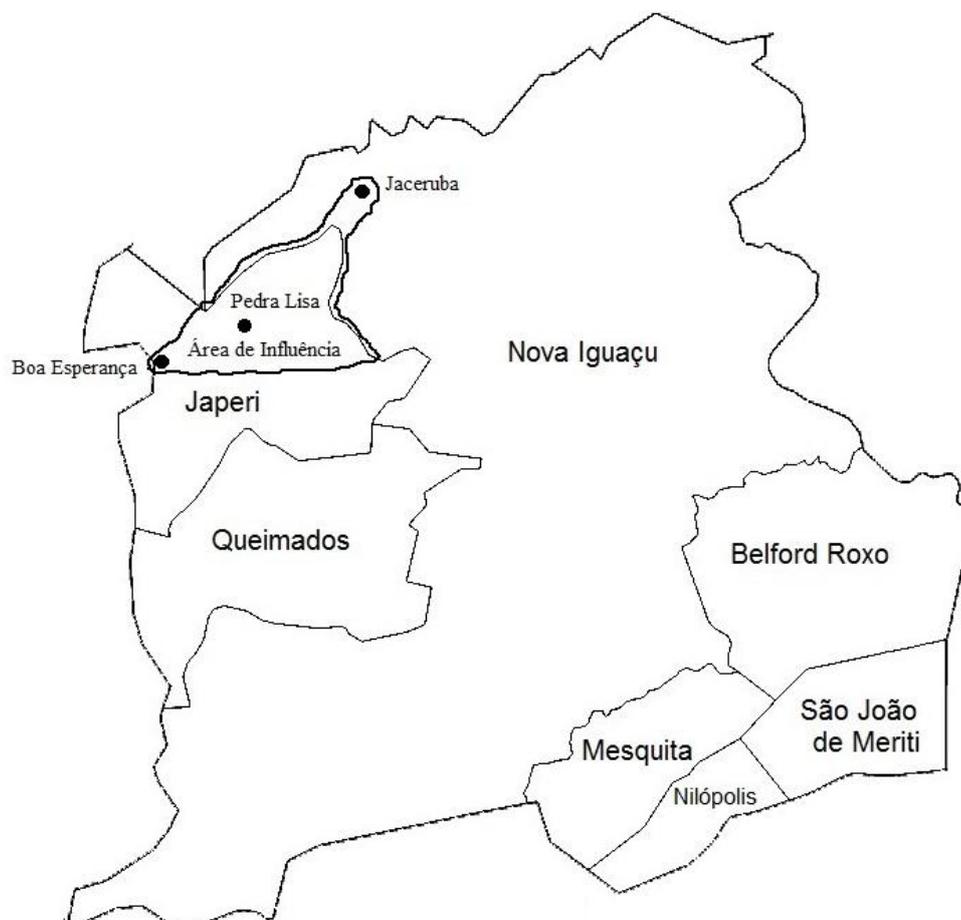
A diversidade de origens dos camponeses que ocuparam a Baixada Fluminense nesse período, é um dos fatores que explica o forte processo de mobilização do período pré-64. Tais famílias, provavelmente vítimas de secas e da falência de núcleos cafeeiros de suas regiões de origem, acabaram originando um contingente disposto a inserir-se nessas disputas (Ernandez, 2010). Trata-se, portanto, de um campesinato inserido em constantes processos migratórios, buscando melhores condições de vida, possíveis naquela região.

Os marcos que delimitam a região conhecida como Pedra Lisa são tanto geográficos quanto políticos. Nos dias atuais, a área que abrange as antigas fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, ambas no município de Japeri,<sup>3</sup> desapropriadas em 1958 pelo então governador do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, é um bairro que oficialmente carrega o nome de Pedra Lisa. Atravessando o limite municipal de Japeri, partindo de Pedra Lisa em direção de Nova Iguaçu, cruza-se uma ponte para entrar neste

---

<sup>3</sup> Japeri se emancipou de Nova Iguaçu no dia 2 de dezembro de 1991 (Lei 1902).

município. Trata-se da área da antiga Fazenda São Pedro, desapropriada em 1959, também fruto da luta dos lavradores do local, respondendo também por uma área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Esta área, entretanto, é um bairro de Nova Iguaçu chamado Jaceruba. Quando nos referimos a Pedra Lisa, portanto, temos duas referências em mente: um marco geográfico que é uma enorme pedra que batiza o local e uma região política: a área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que era bem mais ampla envolvia diversas fazendas da região, conforme podemos observar no mapa1:



Mapa1. Fonte: COPELLO (1983) (atualizado), p. 11.

Chama atenção o fato da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa ter funcionado não só como uma ferramenta política propriamente dita, mas como uma rede de manutenção do estilo de vida camponês da região em diversos aspectos. Além do controle da distribuição de terra nos primeiros anos de ocupação, a Sociedade também funcionava como uma rede de ajuda mútua, uma forma de cooperativa para comercialização e produção e até mesmo como agente regulador de comportamento

comunitário através de uma comissão incumbida de tratar de casos de transgressões de suas normas de convivência, tais como o consumo de bebidas alcoólicas em excesso, brigas entre posseiros e roubos.

O conselho fiscal previa que o posseiro deveria morar em Pedra Lisa e o desmatamento era permitido somente para fins de cultivo. A associação também promovia aberturas de estradas e valas, para drenagem de áreas pantanosas, assim como construiu uma escola e a ponte que liga Jaceruba a Pedra Lisa (COPELLO, 1983). A Sociedade também funcionava como uma rede de solidariedade entre os camponeses através de trocas de produtos entre eles em tempos de necessidade e mutirões para construções de casas na chegada de famílias novas. Bráulio Rodrigues nos relata que existia “uma espécie de pensão para aqueles que eram filiados da associação. Por exemplo, se eu falecesse, a minha viúva ia receber uma pensão que a associação dava” (SILVA, 2008, p. 25). A comercialização dos produtos dos posseiros escoava pela cooperativa da Sociedade, “a qual contava com um almoxarifado que fornecia ferramentas e sementes aos posseiros mediante um pagamento que era parcelado de acordo com suas condições” (COPELLO, 1983, p. 20).

Enquanto ferramenta política de resistência camponesa, de acordo com diversos jornais da época e estudos mais recentes<sup>4</sup>, a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa promoveu resistências armadas contra ações de despejo promovidas pela Cia. Fazendas Reunidas Normandia<sup>5</sup> e por diversos fazendeiros locais. Essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Na entrada da região, havia uma tabuleta onde se lia: “Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós”. Não por acaso, portanto, a região foi qualificada pelo subdelegado por ela responsável como “zona conflagrada” (GRYNSZPAN, 1987, p.153).

A ação da Sociedade irradiou-se pelas regiões próximas, mas foi além dos limites municipais, levando os camponeses de Pedra Lisa a prestarem apoio, em 1961,

---

<sup>4</sup> Os jornais usados como fontes dessas informações foram diversos: Última Hora, Terra Livre, Correio da Lavoura, Imprensa Popular e Luta Democrática. Alguns desses conflitos também foram relatados por Hernandez (2010), Copello (1983), Grynszpan (1987) e Araújo (1982), e nas memórias de Silva (2008), tal como em entrevistas que realizei.

<sup>5</sup> Segundo Hansen, “Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, naturais de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas domiciliados e estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com o comércio de fazendas, em 1874” (Hansen, 2009, p. 4). Consta como pertencente ao chamado “Grupo Guinle” a Cia. Fazendas Reunidas Normandia (ibdem). De acordo com depoimentos locais, trata-se de uma empresa imobiliária. Nota-se que muitas das terras da empresa em regiões próximas foram vendidas para um grande número de chácaras (FORTE *apud* ALVES, 1998).

aos lavradores na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias e no Núcleo Agrícola de Santa Alice, em Itaguaí, em conflitos armados, mostrando uma articulação em torno de determinadas formas de ação<sup>6</sup>.

Para além da resistência armada, outras estratégias de resistência para manter a posse da terra eram acionadas pelos lavradores. Foram constantes as mobilizações para pressionar o governo estadual. Ao longo dos anos de 1950 até o início do período militar, eram comuns idas a Niterói, com um grande número de lavradores, afim de forçar ações em defesa dos posseiros. Isso só era possível porque havia uma rede de apoios, onde se destacavam os laços com o Partido Comunista e diversos sindicatos (SILVA 2008). Há relatos de reuniões para resolução de conflitos dos posseiros com o Governador Miguel Couto Filho, por intermédio do jornal ligado ao PCB, *Imprensa Popular* (10-03-1956); com representantes do Inic<sup>7</sup> (*Imprensa Popular*, 18/08/1956); com o Ministro da Agricultura (*Última Hora*, 21/02/1957); com o presidente da Assembleia Legislativa (*Luta Democrática*, 11/06/1959) e até mesmo com o presidente da república Eurico Gaspar Dutra (SILVA, 2008).

Mediante entrevistas que nos foram concedidas, constatamos que após o golpe de 1964, muitas lideranças foram perseguidas pelos chamados *entrega-lista*, isto é, camponeses da própria comunidade que entregavam nomes de lideranças para o regime, recebendo em troca diversos bens, inclusive terras desses líderes.

Em conversa com todos esses ex-companheiros militantes eu percebo o seguinte: que com o golpe militar, né, com a ditadura instituída em 1964, muitos deles tiveram que sair daqui (...), às pressas, fugindo e deixaram seus bens. Raimundo Lima, por exemplo, tinha uma casa em construção. João Barboza, né, todos esses eram trabalhadores e tinham casas em Japeri, Engenheiro Pedreira, Pedra Lisa e em Jaceruba (...). Essas pessoas tiveram que deixar seus sítios. E eles nos contam que essas pessoas que representam o poder aqui em Japeri, o poder econômico, e com tentáculos também no poder político, na polícia civil, (...) que também eram trabalhadores, pessoas humildes naquela época, aproveitaram aquele momento da ditadura militar pra fazer o que eles chamavam (fazendo o trocadilho) de “entrega-lista”. Ou seja: Eles entregavam as pessoas que eram militantes e, em troca disso, eles

---

<sup>6</sup> A segunda metade dos anos 50 e a primeira dos anos 60 foram de intensa mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Em 1954 é criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que adotou uma política de incentivar a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de lavradores. Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). Nesse mesmo período, ocorriam conflitos fundiários em outros municípios do estado, tais como: Fazenda Capivari em Duque de Caxias; Fábrica Nacional de Motores em Magé; São José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu e Imbé em Campos dos Goytacazes.

<sup>7</sup> O Inic, Instituto Nacional de Colonização e Imigração, foi criado em 1954, pela lei 2163, de 5 de janeiro. Cabia ao INIC traçar e executar o programa nacional de colonização, sendo o órgão responsável pela implementação de Núcleos de Colonização.

se apropriavam. Por exemplo, no caso do Wanthoil Dias Lacerda, se apropriaram das terras, das ferramentas, dos animais, do maquinário... Porque esse pessoal produzia, e era uma produção rica. (...) E esses grileiros se apropriavam disso. (Entrevista anônima, concedida à Gabriel Bastos em 22 de dezembro de 2015)

Tratava-se, portanto, de uma relação de troca entre o Estado e grileiros, membros da própria comunidade de Pedra Lisa, onde o primeiro recebia informações sobre as lideranças e os segundos recebiam as glebas e/ou bens dos militantes perseguidos. Os que ontem eram “entrega-lista”, portanto, tornaram-se grandes proprietários de terras, proprietários de diversos imóveis urbanos, donos de postos de gasolina e de lojas de material de construção:

Tem o Capixaba que é o mais rico aqui da região. Tem (...) Sargento Romário; o Joel Brunato, dono da loja de materiais de construção, cujos filhos assumem o poder aqui, foi vereador. Henrique Elzer... São assim os donos de grande parte das lojas, dos casarios, dos prédios de Engenheiro Pedreira hoje e o Capixaba das terras. (...) O capital inicial deles foi dado com a ditadura militar. (Entrevista anônima, concedida à Gabriel Bastos em 22 de Dezembro de 2015)

Outras evidências confirmam esse esquema de repressão e grilagem. Raimundo Lima, militante do PCB, citado no trecho da entrevista anterior, como um dos camponeses que teve que deixar seu sítio, confirma dois nomes e fala de mais um outro entrega-lista:

Aqui foi uma região dos perseguidos. Tinha o José Alves Pinheira, ele era dono da farmácia... Ele era entrega-lista. (...) Joel Brunato, Sargento Romário (...). O sargento armado ficou de metralhadora na mão para ele [O Capixaba] cercar aquela área que chama “Fazenda do Capixaba”, aquilo era dos camponeses no tempo de Roberto Silveira, foi tudo tomado. (Entrevista de Raimundo Lima, concedida a Leonilde Medeiros, Aline Maia e Romário Silveira em setembro de 2015).

Sobre os efeitos imediatos do golpe de 1964, nos chama atenção o caráter de classe desse fenômeno. Isso se evidencia por duas facetas, uma política e outra econômica. Para além dos efeitos políticos quase que imediatos após o golpe, como a imediata busca de jagunços a Bráulio Rodrigues no mesmo dia do golpe (Silva, 2008), as perseguições políticas através dos “entrega-lista” e o fechamento da Sociedade com o sucessivo impedimento de que esta voltasse a funcionar, Copello (1983) nos demonstra prejuízos para os lavradores: Outras associações foram fechadas em regiões próximas. Em Pedra Lisa, foram fechados o posto médico e a escola da associação, extinguindo o sistema de pensão que esta fazia funcionar para viúvas e idosos. Além disso, houve extinção do ramal ferroviário, o que prejudicou drasticamente o escoamento da

produção dos lavradores, que passaram a ter que transportar com carroças a produção que outrora era transportada por trem. De acordo com os dados de Copello (1983), em Jaceruba, antes de 1964 eram produzidas semanalmente 1500 caixas de diversos produtos agrícolas. Em 1983, tal produção foi reduzida para 100 caixas, segundo depoimentos locais.

Conforme discutido por Ianni (1981), vale a pena lembrar que não se trata de um efeito isolado deste período. A ditadura teve, nas bases de sua economia política a superexploração das mais diversas categorias do trabalho, na cidade e no campo, com o lema de “segurança e desenvolvimento” como horizonte. Além disso,

Do ponto de vista social os mais penalizados foram os trabalhadores, que em primeiro lugar perderam o poder de compra de seus salários ao longo daqueles mais de vinte anos de regime ditatorial – por exemplo, em 1972, mesmo ano em que o PIB do país cresceu 11,7%, o Brasil se tornou o campeão internacional em acidentes de trabalho<sup>8</sup>; enquanto em 1974 o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960<sup>9</sup>. Os migrantes que chegaram da zona rural aos centros urbanos em busca de melhores oportunidades de vida viram os serviços públicos sendo deteriorados, deparando-se com a inexistência de equipamentos urbanos que garantissem educação para seus filhos e saúde para o conjunto da família, além de condições dignas de habitação. (Melo et al, 2015)

A desmobilização no período pós golpe seria superado anos mais tarde, quando o grande polo de irradiação de lutas na cidade e no campo, em Nova Iguaçu seria retomado pela Diocese local, sob liderança do Bispo Dom Adriano Hypólito. A partir do final da década de 1980, diversas forças políticas de movimentos populares vinham se aglutinando na Baixada Fluminense. Em 1979, foi criado o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), em Duque de Caxias, por posseiros, com a presença de Laerte Bastos, uma importante liderança da Baixada no pré-64. O NAF, lado a lado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) organizou a ocupação Morro Grande (Duque de Caxias) no mesmo ano. Com muitas famílias presentes, os ocupantes excedentes do Morro Grande foram para a ocupação do Parque Estoril (Nova Iguaçu). Paralelamente a isso, movimentos ligados ou próximos à Diocese de Nova Iguaçu, como a CPT, a Comissão de Justiça e Paz e o Movimento Amigos do Bairro (MAB), organizaram, em 1979, o Mutirão Nova Aurora<sup>10</sup> cujas famílias excedentes foram para o Mutirão Campo Alegre.

---

<sup>8</sup> De acordo com a OIT

<sup>9</sup> De acordo com o DIEESE

<sup>10</sup> Mutirão foi o termo utilizado ao longo da década de 1980, em todo o estado do Rio de Janeiro, para caracterizar acampamentos formados a partir de ocupações reivindicatórias.

O perfil das famílias nesses mutirões era diverso. Trata-se de um contexto diferente das décadas de 1950 e 1960, quando a origem da maioria dos posseiros era rural. Agora, se trata de uma população urbana com raízes rurais. Sônia Martins, membro da CPT de Nova Iguaçu e militante que participou dos primórdios do Mutirão de Campo Alegre, inserindo-se por meio de sua comunidade eclesial de base, pelo ramo da educação, nos dá mais detalhes sobre o perfil social e político desses ocupantes:

O pessoal do Parque Estoril, eu via uma presença com uma ênfase maior de trabalhador rural, já Campo Alegre, é um povo que já havia perdido muito essa característica do campo. (...) O povo que tinha de 50 anos para cima tinha um perfil mais politizado e mais arraigado a essa dimensão de camponês, de inserção da produção, de pensar um lugar para morar e produzir. Os novos têm essa preocupação de estar porque precisa viver, a cidade não dava conta de pagar aluguel, tinha a questão da violência, de ter um lugar mais sossegado para criar os filhos, mas a necessidade muito forte de trabalhar fora, para poder complementar a renda familiar. (Entrevista de Sônia Martins concedida a Gabriel Bastos em outubro de 2015).

Nos chama atenção, no Mutirão de Campo Alegre, o envolvimento de “freiras ligadas às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e à CPT as que mais teriam auxiliado no processo de organização interna” (Ernandez, 2010, p. 197). As CEBs são “um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida” (Löwy, 2000, p. 82 e 83).

O encontro entre elementos do cristianismo da libertação com movimentos de luta pela terra da Baixada Fluminense teve um papel importante nesse período, onde a Diocese de Nova Iguaçu exerceu um papel fundamental. Com apenas 48 anos de idade, o bispo Dom Adriano Hypolito assumiu o cargo da Diocese, governando-a durante anos de mudanças dentro da própria Igreja Católica, com o Concílio Vaticano II (1962-65), abrindo uma fase de “reconciliação” da Igreja com a modernidade (Ibdem) e, posteriormente as conferências Episcopais de Medellin (1968) e Puebla (1979), com a opção preferencial pelos pobres.

De acordo com Sônia Martins, em entrevista, “havia por parte de Dom Adriano um investimento muito forte mesmo nessa questão de articulação do MAB, que se tornou uma grande referência de articulação das associações de moradores”, assim como organizava a Comissão de Justiça e Paz e o Centro de Formação de Líderes, que

traziam respaldo para as lutas. Além disso, a Diocese acolhia lideranças do pré-64 e perseguidos políticos.

Apesar de organizarem demandas tipicamente urbanas, ocupações de terra, como Campo Alegre e Nova Aurora, contaram com a participação de membros do MAB, assim como a presença do líder camponês dos anos 1950, Bráulio Rodrigues (Ernandez, 2010). As ocupações de terra na Baixada, neste período, respondiam, portanto, a um “conjunto mais amplo de movimentos sociais que reivindicavam direitos diversos, tais como saneamento básico, educação, moradia e saúde” (Ibidem, p. 209).

Outros conflitos e ocupações de terra ocorreram em Pedra Lisa neste período, em terras que foram objeto de disputa da reforma agrária no pré-64. Segundo o *Jornal do Brasil* (28/01/1986), cerca de 50 famílias ocuparam 40 alqueires de terra da “fazenda do Capixaba”, na madrugada do dia 27 de Janeiro de 1986 em um contexto já pós-ditadura, sob a promessa de reforma agrária pela Nova República. Além das terras da fazenda Boa Esperança, desapropriadas pelo governador Roberto Silveira em 1960, “Capixaba” teria acumulado terras de militantes perseguidos pela ditadura, que foram desapropriadas pelo então governador Miguel Couto Filho, como resultado da luta dos lavradores naquele período:

Muitos deles [militantes do pré-64] ocuparam novamente as terras em 86. Bom, o Wilson da Rosa Mota, Nilson da Rosa Mota e Mario Ribeiro dos Santos, esses ocuparam as terras de Pedra Lisa, eles tinham terras em Pedra Lisa antes de 64. (Entrevista concedida por um militante que não quis ser identificado a Gabriel Bastos em 22 Dezembro de 2015)

Tais acontecimentos, portanto, nos revelam a continuidade de conflitos por terras nas mesmas localidades das décadas anteriores. Tais conflitos, portanto envolveram, por um lado, movimentos sociais e associações de moradores e, por outro lado, grileiros locais que teriam adquirido terras após o golpe de 1964.

## **Conclusões**

Discutimos neste trabalho lutas pela terra em Nova Iguaçu entre os anos de 1950 até o final dos anos de 1980. Analisamos, portanto, episódios de conflitos em três períodos históricos: um democrático (1946-1964), outro autoritário (a ditadura civil-militar, de 1964 a 1985) e, por fim, a Nova República (a partir de 1988). O que nos chama atenção aqui, não são as diferenças entre esses períodos históricos, mas suas características de continuidade, difíceis de serem detectadas à primeira vista. Um

entrevistado que preferiu não se identificar, também fala a respeito de problemas mais recentes de grilagem na região:

Agora mesmo, de 2006 pra cá quando o governo resolver implementar o arco rodoviário metropolitano (...), os rotarianos se reuniram e começaram a comprar terras aqui nos arredores e refizeram renascer inclusive a questão da grilagem. Chegaram na casa de algumas pessoas, (...) e falaram: "Olha a terra é minha, eu te dou dez mil e uma casa e você vai pra lá e a terra é minha". (...) Eles compraram terras por dez mil, vinte mil e falaram "olha, se você não sair por bem, você vai sair por mal e vai perder a terra". E como as pessoas já sabiam da história deles preferiram pegar uma casa e dez mil e abrir mão das terras. E aí eles venderam as terras pro Estado por um preço muito mais... Muito superfaturado, muito acima do que valia. (Entrevista anônima, concedida à Gabriel Bastos, em 22 de Dezembro de 2015)

Em documento elaborado por camponeses de Pedra Lisa, nos dias atuais, observamos mais indícios de conflitos por terra presentes:

Agora, atualmente, nos deparamos com sérios problemas. Precisamos da regularização fundiária com intervenção do INCRA, pois está havendo o ato de grilagem. Projetos que não têm nada a ver com políticas agrárias, como por exemplo: polo industrial sem tratamento de esgoto projetos de casas populares sem uma estrutura social, próximo dos sítios.

(...)

Extinção de comunidades, visando interesse empresarial, como por exemplo: ponte preta.<sup>11</sup>

Observamos que esse cenário conflituoso carrega uma série de elementos que se repetem ao longo da história: Implementações de grandes obras de infraestrutura, tais como a implementação do arco rodoviário metropolitano e as obras de saneamento dos anos de 1930; a articulação entre o Estado e setores privados no sentido de cumprirem objetivos em comum e as resistências de movimentos sociais que carregam certo *continuum* em seu *modus operandi*.

Conforme discutido por French (2006), o uso de aparatos de características repressivas pelo Estado brasileiro, não é exclusivo de períodos autoritários. De acordo com matérias das edições de 13/01/1962 e 28/02/1962 do *Jornal do Brasil*, um ano antes do golpe, três lavradores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional no conflito no Núcleo Agrícola de Santa Alice, sendo soltos somente 26 dias depois. French argumenta que a cultura antidemocrática tem raízes históricas profundas. Talvez, nossa herança de violência institucional seja muito mais profunda do que apenas a

---

<sup>11</sup> Comunidade Tradicional Rural dos Camponeses de Pedra Lisa / Documento elaborado pelo Lavrador Josimar, p.4

ditadura militar. Hoje, não apenas as polícias militares carregam essa herança, como outras instituições. “Quando foi levantada no Brasil a questão da reforma no judiciário, as mudanças reivindicadas eram no sentido de uma maior autonomia individual para os juízes, e não o contrário. (...) Não houve expurgos no judiciário após a transição democrática de 1985” (Pereira, 2005, p.242).

As formas de luta que se sucederam, por outro lado, carregaram também marcas do passado. Hernandez (2010, p. 244), sugere que não se trata da emergência de “novos movimentos sociais” nos anos de 1980, mas de uma “configuração [que] já estava sendo gestada há tempos e que alguns de seus criadores ainda estavam por ali, para regar as sementes plantadas nas trincheiras de duas décadas atrás”. Tal como nos anos de 1980, em 2016, a partir de diversos encontros e reuniões envolvendo camponeses locais, a Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri (FAMEJA) e posteriormente o Movimento dos Pequenos Agricultores, foi fundada no mesmo ano a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, fortemente inspirada na antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que existiu de 1948 até os primeiros anos do período militar.

Tal inspiração só foi possível pelo fato da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa ainda exercer um importante papel na memória social dos camponeses da região. De acordo com relatos e um documento redigido por um membro da própria comunidade<sup>12</sup>, durante bastante tempo, logradouros públicos tiveram nomes relacionados à “cultura comunista”, tais como “Praça Vermelha”, “Rua Leningrado”, “Rua Stalingrado” e “Rua Tolstoi”. Entretanto, seus nomes oficiais foram trocados ao longo do tempo. Além disso, ao longo desses encontros que desembocaram na fundação da nova associação, foi comum escutar declarações como “Meu filho se chama Lênin! ”; “Meu pai era comunista, e eu também! ”; “Tem um camarada aqui na comunidade que se chama Marx!”.

Entretanto, em entrevista com administradores da Fazenda São Pedro, a narrativa sobre esse passado é exposta de forma um tanto quanto diferente: “Posseiros” são chamados de “invasores”, enquanto “grileiros” são chamados de “fazendeiros”.

Os conflitos de terra na região, portanto, além de serem permeados por características de continuidade com o passado, tanto no que diz respeito aos seus elementos geradores quanto ao acúmulo histórico organizacional dos movimentos

---

<sup>12</sup> *Comunidade Tradicional Rural dos Camponeses de Pedra Lisa / Documento elaborado pelo Lavrador Josimar, p.4*

camponeses e de bairro, são também permeados por uma disputa narrativa em torno de sua memória.

Essa reflexão nos é importante enquanto concepção teórica para compreendermos a influência de uma narrativa do passado viva no presente em Pedra Lisa. Para Ingold, o tempo da vida não é linear, como uma linha que vai de um ponto a outro, mas uma linha que cresce, brotando de sua ponta, avançando como uma raiz. Essa raiz, pondera Ingold, “Is but the ghost of history, retrospectively reconstructed as a sequence of unique events” (Ingold, 2007, p.119). O passado, portanto, não deixa de estar presente, como uma sucessão de pontos deixados para trás. “In reality, the past is with us as we press into the future” (Ibidem, p.119). Tais reverberações desse passado conflituoso em Pedra Lisa, se manifestam dentro de uma disputa de narrativa mnemônica a respeito do uso e ocupação da terra por diferentes atores desta comunidade, exercendo assim um papel político nessa disputa.

## **Bibliografia**

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 1998.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Urbano e Regional/UFRJ, 1982.

COPELLO, Sheila Gutierrez. *Conflitos de Posseiros Rurais em Áreas Peri-urbanas – Nova Iguaçu*. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, 1983.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo e ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. A questão social como caso de polícia (1920-1964). In HUNOLD, Silvia e MENDONÇA, Joseli (org). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.

HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. Os Guinle como agentes do Clube de Engenharia. In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: Anpuh, 2009. CD-ROM.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INGOLD, Tim. *Lines. A Brief History*. New York: Routledge, 2007.

LÖWY, Michel. *A Guerra dos deuses. Religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELO, Demian; LEMOS, Renato; BORTONE, Elaine et all. *A ditadura militar e o capitalismo brasileiro. Documento produzido pelo Coletivo Mais Verdade*. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Mello-D-A-ditadura-militar-e-o-capitalismo-brasileiro-Mais-Verdade.pdf>

NOVICKI, Vitor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ, 1992.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão: O Autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e Na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SOUZA, Sonali Maria de. A Memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. In: *Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano*. Belo Horizonte/Porto Alegre: UFMG/Cedeplar/Anpur, 1993. v. 5.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).